

FRANCISCO DIRCEU BARROS

MANUAL DE
**PRÁTICA
ELEITORAL**

6ª EDIÇÃO



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Manual de Prática Eleitoral – 6ª Edição

© Francisco Dirceu Barros

EDITORA MIZUNO 2022

Revisão: Eliane Chainça

Revisão Técnica: Francisco Dirceu Barros

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
B277	Barros, Francisco Dirceu Manual de prática eleitoral / Francisco Dirceu Barros – 6. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2022. 752 p.; 17 X 24 cm ISBN 978-65-5526-402-9 1. Direito eleitoral. I. Barros, Francisco Dirceu. II. Título. CDD 342.8107
Índice para catálogo sistemático I. Direito eleitoral	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Aspectos Práticos Gerais das Reclamações e Representações Eleitorais.....	33
1 Casos de reclamações e representações eleitorais.....	33
1.1 Representação com normas eleitorais de eficácia postergada.....	49
1.1.1 A impossibilidade jurídica do uso da analogia para dar eficácia às normas eleitorais de eficácia postergada.....	51
1.1.2 A impossibilidade jurídica do uso de uma representação propriamente dita nas normas de eficácia postergada	52
1.1.3 O pedido de providência cumulado com tutela inibitória.....	53
1.1.4 Legitimidade para executar astreintes imposta pelo descumprimento de ordem judicial.....	55
2 Observações práticas sobre as representações eleitorais.....	55
2.1 Rito das representações eleitorais	55
2.2 Legitimidade para propor as representações eleitorais	56
2.3 Competência para julgar as representações eleitorais	56
2.3.1 O foro por prerrogativa de função nas representações eleitorais.....	56
2.4 Valor da causa nas representações eleitorais.....	57
2.5 Quando não será possível o uso das representações	57
2.6 A ausência de dilação probatória nas representações eleitorais	58
2.7 Capacidade postulatória.....	58
2.8 A revelia e as representações	59
2.9 A reconvenção, a réplica e as representações.....	59
2.10 A representação e a litigância de má-fé	59
2.11 Análise da possibilidade da desistência de representação	59
2.12 Análise da possibilidade de ajuste de termo de ajustamento de conduta	60

CAPÍTULO 2

Princípios estruturantes típicos do processo eleitoral democrático	61
1 Princípios estruturantes típicos do processo eleitoral democrático.....	61
1.1 O princípio dos elementos valorativos do mundo das eleições	61
2 Princípio da normalidade eleitoral (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>).....	67
3 Princípio da legitimidade do pleito eleitoral (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>).....	68
4 Princípio da paridade das armas ou <i>pars conditio</i> (<i>artigo 5º c.c. artigo 14 da CF</i>)	68
5 Princípio da moralidade para o exercício do mandato (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>).....	69
6 Princípio da proibição da tutela eleitoral deficiente	71
7 Princípio da razoabilidade lógica suficiente.....	73
8 Princípio da anualidade eleitoral	74
9 Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil e Código de Processo Penal.....	75
10 O princípio <i>in dubio jus honorum</i>	76
11 Princípio da <i>emendatio libelli</i> civil eleitoral	78
12 Princípio da supra celeridade dos feitos eleitorais	81
12.1 Celeridade X combate a fake news.....	83
13 Princípio da gravidade das circunstâncias que caracterizam o ato abusivo.	83
13.1 Critérios objetivos para aferição da gravidade das circunstâncias do ilícito	84
13.2 Eventuais implicações no resultado pleito	86
14 Princípio do quórum integral	87
15 Princípio da necessidade de novas eleições, independentemente do número de votos anulados	87
16 Princípio da ausência da perquirição de aspectos psicológicos do autor	88
17 Princípio da Tipicidade das Ações Eleitorais.....	89

CAPÍTULO 3

Aspectos Práticos que Devem ser Observados para a Maioria das Ações Eleitorais	91
1 Condições das ações cíveis eleitorais.....	91
2 Condições da ação cíveis eleitorais segundo a teoria da asserção.....	91
3 Litisconsórcio passivo necessário	92
4 Legitimidade para ações eleitorais.....	93
4.1 Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma ação eleitoral sem a anuência de um dos partidos integrantes da composição	94
4.1.1 Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma ação eleitoral após a diplomação.....	95
5 Honorários advocatícios, custas na Justiça Eleitoral, valor da causa e sanção por litigância de má-fé.	96

6 O arrolamento de testemunhas quando o rito é o do artigo 22, V, da Lei Complementar nº 64/90	98
6.1 Situação prática: Ministério Público como custos legis	99
7 Como calcular a multa imposta nas ações eleitorais	100
8 As especificidades dos atos processuais eleitorais	100
8.1 Como fazer a contagem dos prazos eleitorais	100
8.2 A contagem dos prazos em dias e prazos em horas.....	103
8.3 As intimações e notificações	103
8.4 Ministério Público e a intimação pessoal	107
8.5 Exceção: a intimação do Ministério Público Eleitoral em sede de AIRC.....	107
8.6 Uma regra não aplicável ao Ministério Público Eleitoral	109
8.7 Prazo em dobro para Ministério Público, da Advocacia Pública, da Defensoria Pública e de litisconsortes com diferentes procuradores de distintos escritórios.....	110
8.8 A busca e apreensão para devolução dos autos.....	111
8.9 A suspensão dos prazos processuais no recesso forense.....	111
8.10 Regra geral para os prazos recursais	112
8.11 Da ordem dos processos no tribunal	112
8.12 Diretrizes gerais para o sistema recursal	113
8.13 A intimação via WhatsApp.....	113

CAPÍTULO 4

0 sistema de valoração das provas no direito eleitoral - "A prova testemunhal singular, a interceptação ambiental, escuta ambiental, gravação ambiental no direito eleitoral"	115
1 A prova testemunhal no direito eleitoral.....	115
2 Sistema de valoração tarifado <i>versus</i> a persuasão racional do magistrado eleitoral.....	118
3 A captação ambiental, a gravação ambiental e a interceptação ambiental no direito eleitoral ...	120
3.1 Divisão da captação ambiental	121
4 A necessidade de autorização judicial para captação ambiental	121
5 Gravação ambiental	122
5.1 Posição atual do TSE no tema gravação ambiental	122
5.2 Das espécies de gravação ambiental	123
5.3 A licitude da gravação ambiental privada ou pública com repercussão geral foi reconhecida pelo STF.....	126
6 A captação ambiental ou gravação ambiental em defesa de uma liberdade pública.....	127
7 Restrições à prova ambiental feita por um dos interlocutores no direito eleitoral	128
8 As provas eleitorais ilícitas derivadas e a teoria dos "frutos da árvore envenenada" (<i>the fruit of the poisonous tree</i>).....	130

9 Limitações à teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>the fruit of the poisonous tree</i>)	131
10 A prova emprestada no direito eleitoral	135
10.1 Prova emprestada e a não exigência das partes uniformes	136
10.2 Prova emprestada e exigência de contraditório	137
10.3 Prova emprestada e celeridade processual	138
10.4 O valor da prova emprestada no direito eleitoral	138

CAPÍTULO 5

Teoria e Prática da Propaganda Eleitoral	139
1 ARPI – Ação de Reclamação por Propaganda Irregular	139
1.1 O poder de polícia no Direito Eleitoral	139
1.1.1 Conceito de poder de polícia no Direito Eleitoral	140
1.1.2 Das espécies de poder de polícia:	141
1.1.3 A fundamentação legal do poder de polícia imediato do juiz eleitoral	141
1.1.3.1 Crime oriundo do exercício irregular do poder de polícia	142
1.1.4 O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral na internet	143
1.1.5 A fundamentação legal do poder de polícia mediato do Ministério Público Eleitoral	144
1.1.6 A fundamentação do poder de polícia mediato exercido pelos partidos, coligações ou candidatos	144
1.1.7 Da Desinformação na Propaganda Eleitoral	145
1.1.7.1 NIP (Notícia de irregularidade na Propaganda Eleitoral) Atividades práticas que o juiz deve desenvolver no exercício do poder de polícia imediato no ensejo de combater a propaganda eleitoral	147
1.1.7.2 Outras atividades do juiz eleitoral no exercício do poder de polícia imediato	148
1.1.8 Vedação da atividade <i>ex officio</i> do juiz com a finalidade de combater a propaganda irregular	150
1.1.9 Vedações ao excesso no uso do poder de polícia	150
1.2 Para que serve a ARPI	152
1.2.1 O poder de polícia e o princípio da liberdade de expressão	152
1.3 Os motivos que ensejam a ARPI	152
1.3.1 Espécie n. 1: propaganda eleitoral	153
1.3.2 Espécie n. 2: propaganda intrapartidária	153
1.3.3 Espécie n. 3: propaganda partidária	157
1.3.4 Espécie n. 4: propaganda institucional	160
1.3.5 Outras hipóteses de irregularidades na propaganda	162

1.3.5.1 A propaganda eleitoral nas sedes e dependências dos partidos e nos comitês de campanha	172
1.3.5.2 As mensagens eletrônicas e as mensagens instantâneas enviadas por candidato, partido político ou coligação	172
1.4 Previsão legal da ARPI.....	173
1.5 Legitimidade ativa da ARPI	173
1.6 Legitimidade passiva da ARPI	180
1.6.1 Princípio da proibição da pré-candidatura	181
1.6.2 Teoria da mera conduta	182
1.7 Prazo para interposição da representação eleitoral.....	184
1.7.1 Prazo inicial.....	184
1.7.2 Prazo final	186
1.8 Competência para julgar a ARPI.....	188
1.8.1 A comprovação do cumprimento das determinações da Justiça Eleitoral relacionadas à propaganda.....	189
1.8.2 A competência para conhecer e julgar a representação para retirada de propaganda eleitoral depois das eleições.....	190
1.9 Efeito da procedência da ARPI	191
1.9.1 Outras consequências da propaganda irregular.....	191
1.9.1.1 Possibilidade de cumulação de sanções.....	195
1.9.2 O efeito da retirada da propaganda	197
1.9.2.1 Efeito da retirada da propaganda irregular nos bens privados.....	197
1.9.2.2 Efeito da retirada da propaganda irregular em bens públicos (<i>de uso comum</i>):	200
1.9.2.3 Efeito da retirada da propaganda por meio de outdoor em bens privados ou em bens públicos (ou <i>de uso comum</i>).....	202
1.9.2.4 Efeito da retirada da propaganda em caso de concessão de liminar.....	203
1.9.2.5 Responsabilidade pela comprovação da retirada	206
1.9.3 A execução da multa eleitoral	206
1.10 Procedimento da ARPI	210
1.10.1 Petição inicial	210
1.10.1.1 Como são fixados os prazos na ARPI:	213
1.10.2 Capacidade postulatória	216
1.10.3 A ausência de dilação probatória	217
1.10.4 Depoimento pessoal do representado	218
1.10.5 Quando o juiz indefere a representação sem julgamento do mérito.....	219
1.10.5.1 A falta do pedido	220
1.10.5.2 O pedido e a litispendência	220

1.10.5.3 Concessão de pedido liminar.....	220
1.10.5.4 O pedido cumulativo	221
1.10.5.5 Recurso do indeferimento da inicial.....	221
1.10.6 Da improcedência liminar do pedido.....	222
1.10.7 Atividade que o juiz eleitoral deve fazer ao receber a representação.....	222
1.10.8 A defesa do réu	224
1.10.9 A intervenção do Ministério Público Eleitoral	225
1.10.10 Transcorrido o prazo de 1 (um) dia para o Ministério Público Eleitoral ofertar o parecer.....	226
1.10.11 Memoriais finais	226
1.10.12 Do julgamento da ARPI.....	226
1.10.13 A publicação dos atos judiciais.....	227
1.10.14 A revelia e a ARPI	227
1.10.15 Reconvenção, réplica e a ARPI	227
1.10.16 Litisconsórcio e a ARPI	227
1.10.17 Desistência da ARPI	229
1.10.18 Da tutela inibitória eleitoral	229
1.10.19 Dos recursos para o Tribunal Regional Eleitoral	230
1.10.19.1 Recurso contra sentença proferida por Juiz Eleitoral em sede de ARPI ..	230
1.10.19.2 As atividades do Relator do TRE	231
1.10.19.3 Recurso contra decisões proferidas por Juiz Auxiliar do TRE em sede de ARPI	232
1.10.20 Dos recursos para o TSE.....	233
1.10.21 Efeitos dos recursos em sede de ARPI.....	235
1.10.21.1 Ministério Público Eleitoral, os litisconsortes com diferentes advogados, o defensor público e o prazo em dobro para recorrer	236
1.10.21.2 Ministério Público Eleitoral e a intimação pessoal para recorrer	236
1.10.21.3 A defensoria pública e a intimação pessoal para recorrer	236
1.10.22 Observações muito importantes	237
1.10.22.1 O que acarreta a não observância dos prazos supracitados.....	238
1.10.23 A priorização dos feitos eleitorais.....	238
1.10.24 Da reclamação.....	239
1.11 A representação e a litigância de má-fé	240
1.11.1 Como calcular o valor da litigância de má-fé	240
1.12 Honorários advocatícios em sede de ARPI	241
1.13 O ônus da prova da propaganda irregular	241
1.14 Um macete de ordem prática.....	242
1.14.1 A fundamentação do prévio conhecimento e do prazo de 48 horas	246

1.15 Princípio da responsabilidade solidária na propaganda eleitoral.....	248
1.16 Nova posição do TSE vai elidir a farra das propagandas irregulares e o abuso do poder econômico na propaganda eleitoral.....	249
1.9.1 Formas de propagandas antecipadas que podem configurar abuso de poder.....	261
1.9.2 Formas de propagandas antecipadas que podem configurar abuso de poder.....	263
1.9.3 Observações finais.....	264
1.9.4. Parâmetros para Identificar uma Propaganda Eleitoral Antecipada Ilícita	264
1.10 A problemática dos adesivos transmudados de propaganda partidária.....	271
1.11 Propaganda de apoplexia.....	273
1.11.1 Disposições penais relativas à propaganda eleitoral (Artigos 87 <i>usque</i> 106 da Resolução do TSE nº 23.610/2019 – atualizada para as eleições de 2022, através da Instrução TSE nº 0600751-65.2019.6.00.0000, Relator: Ministro Edson Fachin:	275
1.12 Anexo IV – Tabela de prazos processuais	279
1.13 Resumo didático do rito das representações eleitorais.....	279

CAPÍTULO 6

Prática das convenções partidárias presenciais e virtuais ou híbridas.....	285
1 Conceito:	285
2 Previsão legal.....	286
3 Finalidade.....	286
4 Prazo:	287
5 Direito líquido e certo.....	287
6 Quantidade.....	287
6.1 Vedações e permissões nas prévias e nas convenções partidárias:.....	288
6.2 Orientações práticas sobre as convenções partidárias.....	290
6.3 Principais regras práticas das convenções presenciais e virtuais	291
6.4 Ao receber o pedido de registro, o juiz deve observar se este contém:.....	300
6.5 Das convenções virtuais: (Nos termos das Consultas TSE nº 0600413-57, 0600460-31 e 0600479-37).....	306
6.6 A reserva do registro de atos de natureza interna <i>corporis</i> do partido político	307
6.7 O registro dos atos nas convenções partidárias presenciais	308
6.8 Outras observações práticas sobre o registro da candidatura.....	308

CAPÍTULO 7

A causa de registrabilidade geral e compulsória: uma forma eficaz para combater o machismo político eleitoral.....	313
1 Fundamentos legais.....	314

2 As consequências legais do não atendimento da condição de registrabilidade geral e compulsória.....	316
3 Como burlar a exigência legal	318
4.1 O chamamento do DRAP à ordem.....	323
5 As mulheres e o mundo da política	324

CAPÍTULO 8

A causa de registrabilidade geral e compulsória: como deve ser realizado o cálculo de candidaturas de sexo.....	327
--	------------

CAPÍTULO 9

A quitação eleitoral e a condição de elegibilidade.....	333
1 A desaprovação de contas e a ausência de quitação	333
1.1 As Resoluções do TSE.....	334
1.2 O confronto da Resolução com a Lei.....	334
2 Ausência de apresentação de contas de campanha e duração da falta de quitação eleitoral.	338
3 A sanção de multa sem trânsito em julgado e obtenção de quitação eleitoral	338
4 O parcelamento da pena de multa e a obtenção de quitação eleitoral	339
5 O pagamento da pena de multa após o prazo do registro de candidatura	339
6 O pagamento da pena de multa e a prescrição	340

CAPÍTULO 10

Teoria e Prática da AIRC – Ação de Impugnação de Registro de Candidatura	341
1 O objetivo da AIRC.....	341
2 As causas de pedir que ensejam a AIRC	342
2.1 O momento oportuno para verificação das condições de elegibilidade e das causas de inelegibilidade.	363
3 Previsão legal da AIRC.....	364
4 Legitimidade ativa da AIRC	364
4.1 A notícia de inelegibilidade	365
4.2 Prazo e procedimento da notícia de inelegibilidade.....	366
4.3 A inaplicabilidade da Súmula nº 11 do TSE ao Ministério Público Eleitoral	367
4.4 Possibilidade da arguição de uma inelegibilidade <i>ex officio</i>	367
4.5 Análise da capacidade postulatória.....	367

4.6	Vedação para o partido ou a coligação apresentarem impugnação aos seus próprios filiados.....	368
4.7	Vedação para o partido político integrante de coligação impugnar isoladamente registro de candidatura	369
4.8	Quando é permitido ao partido ou coligação, que não impugnou o registro, recorrer da decisão que o defere.....	369
4.9	Quando o Ministério Público Eleitoral não pode impugnar	370
4.10	A teoria da impugnação adstrita à circunscrição	371
4.10.1	Teoria da impugnação adstrita ao que se pleiteia.....	372
4.11	Quando será possível um partido coligado atuar de forma isolada	372
4.12	Requisito básico para a coligação propor qualquer ação eleitoral	374
5	Legitimidade passiva da AIRC.....	374
6	Prazo para interposição da AIRC	374
6.1	Vista pessoal para o Ministério Público eleitoral.....	375
7	Competência para julgar AIRC	376
8	Efeito da procedência da AIRC	376
8.1	A teoria da conta e do risco	378
8.2	A teoria da conta e do risco <i>versus</i> a antecipação da tutela	379
8.3	A AIRC e as sanções diferentes do pedido	380
8.4	AIRC e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	380
9	Do litisconsórcio ativo e passivo.....	380
9.1	Litisconsórcio passivo	380
10	Atividades práticas do juiz ao receber o pedido de registro	383
10.1	O que deve conter o pedido de registro.....	384
11	Teoria das inelegibilidades extemporâneas.....	386
12	Teoria do provimento jurisdicional eficaz e a inelegibilidade decorrente da rejeição das contas de gestão	388
12.1	O provimento jurisdicional eficaz.....	389
12.2	A nova posição do TSE	390
12.3	Órgão competente para julgar as contas	391
12.4	A posição do STF	392
12.5	Contas relativas a convênio federal e contas quanto à gestão de recursos estaduais transferidos aos municípios mediante convênio, acordo	393
12.6	O efeito diferente do julgamento da conta de governo e da conta de gestão.....	394
13	O procedimento da AIRC.....	395
13.1	A petição inicial e os meios de provas.....	395
13.2	A contestação	396
13.3	A produção de provas.....	396

13.4 A oitiva das testemunhas.....	397
13.5 Das diligências	397
13.6 A coleta de provas	397
13.7 As alegações finais.....	398
13.7.1 Julgamento antecipado da lide:	398
13.8 A sentença.....	398
13.9 O princípio supra da celeridade processual e a AIRC.....	399
13.10 A data final para que todos os registros sejam julgados	399
13.11 Os honorários advocatícios em sede de AIRC.....	399
13.12 A apreciação das provas	399
13.13 O prazo recursal.....	400
13.14 A contagem do prazo recursal diferenciada	400
13.15 A ilegitimidade do partido que não impugnou o registro de candidato para recorrer da sentença que o deferiu.....	401
13.16 As contrarrazões	401
13.17 A intervenção do procurador	402
13.18 O julgamento no tribunal	402
13.19 O recurso para o TSE	402
13.20 O recurso para o STF.....	403
14 Observações didáticas	404
14.1 Análise de Casos Práticos de Elegibilidades e Inelegibilidades.....	405
14.2 Esquema didático do rito da AIRC	432
14.3 Check - list do pedido de registro de candidatura para ser usado por candidatos, membros do Ministério Público Eleitoral e juízes eleitorais. “Modelo confeccionado pelo doutrinador Rodrigo Lopez Zilio, Promotor de Justiça coordenador do CAEL do Ministério Público do Rio Grande do Sul”	437

CAPÍTULO 11

Teoria e Prática da AIJE(Ação de Investigação Judicial Eleitoral)	451
1 AIJE – Ação de Investigação Judicial Eleitoral.....	451
1.1 A importância da AIJE	451
1.1.1 Conceito e objetos jurídicos tutelados	451
1.2 Para que serve a AIJE.....	452
1.3 Extinção pela inadequação processual da via eleita.....	458
1.4 Atos que “caracterizam abuso de poder político, segundo o TSE”	459
1.4.1 Atos que “caracterizam abuso de poder econômico, segundo o TSE”	461

1.4.2 Casuística acerca da utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político, segundo o TSE”	462
1.5 Previsão legal da AIJE	464
1.6 Natureza jurídica da AIJE	464
1.7 Legitimidade ativa da AIJE	465
1.7.1 Teoria eleitoral da parte conglobante	465
1.7.1.1 Perquirição de aspectos psicológicos do autor	465
1.7.1.2 Análise do eleitor como agente ativo da AIJE	466
1.7.2 Análise da possibilidade da formação de litisconsórcio ativo	466
1.7.2.1 Litisconsórcio ativo e prazo em dobro	466
1.7.3 Análise da possibilidade de o partido coligado ajuizar investigação judicial eleitoral	466
1.7.4 Análise da possibilidade de um candidato à eleição proporcional impugnar candidato da eleição majoritária	468
1.7.4.1 Análise da possibilidade de um candidato a Vice-Prefeito ou vice-governador impugnar candidatura sozinho	469
1.7.5 Análise de um partido político que não esteja participando de um pleito eleitoral propor a AIJE	469
1.7.6 Análise da uma coligação formada para eleição majoritária impugnar candidatos da eleição proporcional	469
1.7.7 Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma AIJE sem a anuência de um dos partidos integrantes da composição	469
1.7.8 Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma AIJE após a diplomação	470
1.7.9 Análise da possibilidade de um partido político prosseguir com a ação proposta por uma coligação que foi extinta	470
1.7.10 Requisitos para que um pré-candidato possa propor a AIJE	471
1.7.11 Limitação a circunscrição	472
1.7.12 Análise da possibilidade de desistência e consequente assunção da titularidade pelo Ministério Público	473
1.8 Legitimidade passiva da AIJE	474
1.8.1 Legitimidade passiva e a possibilidade de formação do litisconsórcio passivo necessário	476
1.9 Prazo para interposição da AIJE	482
1.9.1 Prazo inicial	482
1.9.1.1 Procedimento preparatório eleitoral (PPE)	489
1.9.2 O prazo final	491
1.10 Competência para julgar a AIJE	493
1.10.1 Competência e foro por prerrogativa de função	493
1.11 Dos efeitos da AIJE julgada procedente	494

1.11.1 Efeitos principais:	494
1.11.2 Efeito secundário:.....	496
2 A AIJE e as sanções diferentes do pedido	497
3 AIJE e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	497
4 AIJE e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios ..	497
5 A impossibilidade do efeito da procedência da AIJE ser somente a inelegibilidade.....	497
5.1 Dos efeitos dos recursos interpostos da sentença que julga a AIJE.....	498
5.1.1 Efeito do recurso que julga a AIJE quando esta é usada para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político.....	498
5.1.2 Efeito do recurso que julga a AIJE quando ela é usada para o combate à captação ilícita de votos	498
5.1.3 Efeito do recurso que julga a AIJE quando ela é usada para o combate às condutas vedadas aos agentes públicos.....	499
5.2 O procedimento da AIJE	499
5.2.1 Interposição da AIJE através dos legitimados	499
5.2.2 Petição inicial	499
5.2.2.1 Requisitos:	499
5.2.2.2 Direção	499
5.2.2.3 Número de cópia:.....	500
5.2.2.4 Valor da causa:	500
5.2.2.5 Rol de testemunhas:.....	500
5.2.2.6 Demonstração do lastro probatório mínimo:.....	501
5.2.2.7 Capacidade postulatória	501
5.2.2.8 Procuração do advogado.....	501
5.2.2.9 Ausência de procuração	502
5.2.2.10 Indeferimento liminar da exordial.....	503
5.2.2.11 Recurso do indeferimento liminar da exordial.....	503
5.2.2.11.1 Da improcedência liminar do pedido.....	504
5.2.2.11.2 Concessão de pedido liminar.....	504
5.2.3 Atividades do corregedor, que terá as mesmas atribuições do relator em processos judiciais, ou do juiz eleitoral, ao despachar a inicial.....	505
5.2.4 No caso de o corregedor indeferir a reclamação ou representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal, que resolverá dentro de 24 horas.....	505
5.2.5 O interessado, quando não for atendido ou ocorrer demora, poderá levar o fato ao conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.....	506

5.2.6 Feita a citação, a Secretaria do Tribunal juntará aos autos cópia autêntica do ofício endereçado ao representado, bem como a prova da entrega ou da sua recusa em aceitá-lo ou dar recibo.	506
5.2.7 Findo o prazo da citação, com ou sem defesa, abrir-se-á prazo de cinco dias para inquirição, em uma só assentada, de testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado, até o máximo de seis para cada um, as quais comparecerão, independentemente de intimação.	507
5.2.7.1 A AIJE e a potencialidade lesiva	510
5.2.7.2 Honorários advocatícios	510
5.2.7.3 Análise da possibilidade de aplicação da <i>emendatio libelli</i> em sede de AIJE ..	511
5.2.7.4 A AIJE e o julgamento antecipado da lide.....	511
5.2.7.5 A prova pré-constituída na AIJE.....	512
5.2.7.6 Provas não admissíveis da AIJE.....	512
5.2.7.7 Decisões interlocutórias tomadas no curso da AIJE.....	513
5.2.7.8 Crime eleitoral na arguição de inelegibilidade de má-fé.....	514
5.2.7.9 Falso testemunho em sede de AIJE	514
5.2.7.10 A AIJE e o <i>amicus curiae</i>	514
5.2.7.11 A AIJE e os recursos	515

CAPÍTULO 12

Teoria e Prática da ARCONVE – (Ação de Reclamação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais)

1 As condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.....	522
2 A ARCONVE e as sanções diferentes do pedido	544
3 A ARCONVE e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	544
4 ARCONVE e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios.....	544
5 Da legitimidade	545
5.1 Legitimidade ativa da ARCONVE.....	545
5.2 Legitimidade passiva da ARCONVE	545
6 O prazo para interposição de uma ARCONVE.....	545
6.1 O prazo inicial e o incidente do RO/PA n. 748	545
6.2 O prazo final	547
6.2.1 Teoria do armazenamento tático de indícios.....	548
7 Análise da possibilidade de exigência de prova pré-constituída	548
8 Análise da possibilidade de exigência de potencialidade do dano.....	548
9 Análise da necessidade da realização de novas eleições.....	549

10 Análise da possibilidade de o prefeito reeleito e cassado por conduta vedada poder concorrer ao cargo na eleição subsequente	549
11 Competência para julgar a ARCONVE	549
12 O procedimento da ARCONVE	550
13 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre o titular e o vice na eleição majoritária	550
14 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre o candidato e partido	551
14.1 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre agente público responsável pela conduta vedada e o candidato beneficiário	551
15 Análise da capacidade postulatória	552
16 O prazo do recurso em sede de ARCONVE	552
17 Dos recursos	552
18 O efeito da decisão em sede de ARCONVE	552
19 O conceito de agente público	554
20 As consequências práticas do descumprimento das vedações	554
20.1 Quando as condutas vedadas podem causar inelegibilidade	555
20.2 A sanção e o princípio da proporcionalidade	555
20.3 As condutas vedadas e o abuso de poder (de autoridade ou político)	556
20.4 O reflexo na Lei de Improbidade	556

CAPÍTULO 13

Teoria e Prática da ARCISU – Ação de Reclamação por Captação Ilícita de Sufrágio	559
1 Para que serve a ARCISU	560
2 Os requisitos da ARCISU	561
2.1 A distinção entre “boca de urna” e captação de sufrágio	563
2.1.1. A boca de urna: um crime sem sentido	563
2.1.2. A fundamentação da proibição dos cem metros na boca de urna	563
2.1.3. A boca de urna como crime	564
3 Previsão legal da ARCISU	564
4 Legitimidade ativa da ARCISU	565
5 Legitimidade passiva da ARCISU	565
5.1 Arcisu compulsiva	566
6 A teoria da autoria eleitoral mediata	567
7 Prazo para interposição da ARCISU	567
7.1 Prazo inicial da Arcisu propriamente dita	567
7.2 Prazo final	571
8 Competência para julgar a ARCISU	572

9 Efeito da procedência da ARCISU	572
9.1 A teoria da dupla imputação eleitoral/penal.....	572
9.2 A ARCISU e as sanções diferentes do pedido	578
9.3 ARCISU e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	578
9.4 ARCISU e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios	578
10 O prazo recursal.....	578
10.1 O efeito do recurso interposto.....	579
10.2 Efetivando do efeito suspensivo.....	580
11 A constitucionalidade da sanção.....	580
12 Procedimento da ARCISU	581
13 A Gravidade do fato	581
14 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo na eleição majoritária	583
15 As promessas de campanha	583
16 Outras ações que podem ser usadas para combater a captação ilícita de sufrágio	584
17 Impossibilidade de a captação ilícita de sufrágio ser apurada na AIRC.....	585
18 A teoria dos frutos da árvore envenenada na unicidade da chapa.....	585
19 Análise da possibilidade de desistência da ARCISU.....	586
20 Análise da capacidade postulatória	587
21 Dos recursos	587

CAPÍTULO 14

Teoria e Prática da Ardi – Ação de Reclamação às Doações Irregulares	589
1 Aspectos práticos relevantes da Ardi – Ação de Reclamação às Doações Irregulares	589
1.1 Para que serve a Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	589
1.2 Previsão legal da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	589
1.3 Regulamentação das doações às pessoas físicas:	589
1.4 Legitimidade ativa da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	591
1.5 Legitimidade passiva da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	592
1.6 Prazo para interposição da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	592
1.6.1 Prazo inicial.....	592
1.6.2 O prazo final.....	592
1.7 Competência para julgar a Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	592
1.8 O procedimento da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	593
1.9 Peculiaridades atinentes às doações	593

1.10 Consequência da procedência da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares) ..	595
1.11 Doação acima do limite legal e o princípio da insignificância	595

CAPÍTULO 15

Teoria e Prática da ARAGI – Ação de Reclamação por Arrecadação e Gastos Ilícitos	597
1 Para que serve a ARAGI	597
1.1 Disposições gerais sobre o limite de gastos nas eleições de 2022	597
2 Previsão legal da ARAGI	598
3 Legitimidade ativa da ARAGI.....	599
4 Legitimidade passiva da ARAGI.....	600
5 Prazo para interposição da ARAGI.....	600
5.1 Do prazo inicial:.....	600
5.2 Do prazo final:	602
6 Competência para julgar a ARAGI	602
7 O procedimento da ARAGI.....	603
8 As sanções	603
9 Prazo recursal	604
10 Efeitos do Recurso	605
11 A ARAGI <i>versus</i> o RCD (Recurso contra a diplomação)	606
12 A possibilidade da alteração do limite de gastos dos candidatos.....	606
13 Análise da capacidade postulatória	606
14 Dos recursos	607

CAPÍTULO 16

Teoria e Prática da AIME – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	609
1 Para que serve a AIME.....	609
2 Previsão legal da AIME	616
3 O bem tutelado na AIME	616
4 Critérios de aferição da influência do abuso de poder, corrupção ou fraude	616
5 A AIME e o segredo de justiça	617
6 Legitimidade ativa da AIME	617
7 Legitimidade passiva da AIME	619
7.1 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o vice na eleição majoritária.....	620
7.2 Um macete de ordem prática	621

7.3	Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre os candidatos e o partido	622
7.4	Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo do partido na eleição proporcional	623
8	Do prazo	623
9	Competência para julgar	625
10	Efeito do julgamento da AIME	626
11	A procedência da ação e a análise do elemento subjetivo	629
12	Do procedimento da AIME.....	630
12.1	A AIME e a prova pré-constituída.....	631
12.2	A AIME e a prova emprestada.....	632
13	A AIME e as sanções diferentes do pedido	632
13.1	AIME e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	632
13.2	AIME e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios	632
13.3	Prolação da sentença.....	632
14	A AIME à potencialidade lesiva da conduta.....	634
15	Análise da possibilidade de existir litispendência entre AIJE e AIME.....	634
16	Análise recursal da AIME.....	636
16.1	Efeito recursal	637
17	Análise da necessidade de interposição de recurso <i>ex officio</i>	638
18	Análise da possibilidade de desistência da AIME.....	639
19	Análise da possibilidade do arbitramento de honorários de advogado	641
20	A tutela antecipada em sede de AIME.....	642
21	Julgamento antecipado da lide em sede de AIME	642
22	Réplica e reconvenção	642
23	Duração razoável do processo	642
24	Exemplos de AIME julgada procedente na jurisprudência do TSE	643
25	Exemplos de AIME julgada improcedente na jurisprudência do TSE	643

CAPÍTULO 17

	Teoria e Prática da AIDI – Ação de Impugnação da Diplomação	645
1	Natureza jurídica da AIDI.....	645
2	Previsão Legal.....	645
3	Cabimento e espécies de AIDI	646
3.1	Inelegibilidade superveniente ao registro de candidatura;.....	647
3.1.1	Divisão da inelegibilidade infraconstitucional:.....	647

3.2 Inelegibilidade de natureza constitucional;.....	650
3.3 Falta de condição de elegibilidade.....	650
3.3.1 Elegibilidade.....	650
3.3.2 Condições de elegibilidade.....	650
3.3.3 Análise da possibilidade de o juiz indeferir a diplomação <i>ex officio</i>	655
3.3.4 Taxatividade da ação de impugnação da diplomação.....	656
3.3.5 Legitimidade ativa da AIDI.....	657
3.3.6 Legitimidade passiva da AIDI.....	658
3.3.7 Prazo para interposição.....	658
3.3.8 Competência para julgar.....	659
3.3.9 O que causa a procedência da AIDI.....	660
3.3.9.1 A AIDI e as sanções diferentes do pedido.....	661
3.3.9.2 AIDI e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	661
3.3.9.3 AIDI e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios.....	661
3.3.10 O efeito da AIDI.....	661
3.3.11 A AIDI e o juízo de retratação.....	662
3.3.12 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular diplomado e o vice na eleição majoritária.....	662
3.3.13 Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular diplomado e o seu partido.....	663
3.3.14 Análise da possibilidade de desistência da AIDI.....	663
3.3.15 Litispendência/Continência.....	664
3.3.16 Recursos da AIDI.....	664
3.3.17 Do Procedimento.....	665
3.3.18 Observações didáticas importantes.....	669

CAPÍTULO 18

Aspectos práticos dos dias que antecedem as eleições.	671
--	-----

CAPÍTULO 19

Prática da desincompatibilização: eleições 2022	685
--	-----

1 Introdução.....	685
2 Breves noções didáticas:.....	686
2.1 Conceito:	686
2.2 Os princípios estruturantes da desincompatibilização.....	686

2.3 O escopo das regras da desincompatibilização	688
2.4 Consequências.....	688
3 Os prazos de desincompatibilização	688

CAPÍTULO 20

Prisões no período eleitoral	715
---	------------

CAPÍTULO 21

Prática da diplomação dos candidatos eleitos	719
---	------------

REFERÊNCIAS

725

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

729